



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 19 de novembro de 2021

Bolsas Na quinta-feira 0,51% São Paulo 0,17% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 106.335 102.426 12/11 16/11 17/11 18/11	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na quinta-feira R\$ 5,570 (+0,83%)	Euro Comercial, venda na quinta-feira R\$ 6,332	Capital de giro Na quinta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 8,41%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Junho/2021 0,53 Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25
--	---	---	--	---	---	--	---

SALÁRIOS DO FUNCIONALISMO

Promessa de reajuste sem amparo legal

PEC dos Precatórios não pode ser usada para aumentar contracheques dos servidores, alertam especialistas

» ROSANA HESSEL

Marcos Corrêa/PR

A promessa feita pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de conceder reajuste para os servidores em 2022 esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), alertam especialistas. Eles não descartam essa possibilidade em pleno ano eleitoral, mas apontam a necessidade de cortes no Orçamento. Conforme o artigo 17 da LRF, nenhuma despesa permanente pode ser criada sem que seja indicada uma receita correspondente. E, além de não haver espaço no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2022, enviado ao Congresso pelo Executivo, o governo também não poderá incluir a previsão de aumento salarial no espaço fiscal que tenta abrir com a PEC dos Precatórios.

Pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, a PEC abre espaço de R\$ 93 bilhões no Orçamento de 2022 ao adiar o pagamento de dívidas judiciais e alterar o limite do teto de gastos. A justificativa do governo para essa mexida na Constituição é arrumar recursos para pagar os R\$ 400 prometidos por Bolsonaro para o Auxílio Brasil. Legalmente, porém, os recursos não podem ser usados para bancar a folha de pagamento do governo.

“Não tem espaço para o reajuste, a não ser que o governo corte alguma despesa. Não se pode aumentar despesa obrigatória sem indicar receita recorrente, muito menos aumentar dívida para pagar salário. Até mesmo no caso do novo Bolsa Família não está claro qual será a fonte de receita se esse benefício de R\$ 400 for permanente. A PEC fez as leis orçamentárias e, se o Congresso permitir isso, vai acabar sendo parceiro do caos”, destacou o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Para Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, mesmo com as restrições orçamentárias, o governo deverá tentar conceder reajuste ao funcionalismo. Ele lembrou que Bolsonaro tinha comentado sobre isso em junho, mas a equipe econômica não incluiu a previsão na proposta orçamentária enviada ao Congresso. “Aparentemente, eles vão



Paulo Guedes: congelamento da folha de pagamento por dois anos possibilitou economia de R\$ 150 bilhões

tentar dar algum reajuste abaixo da inflação. O presidente não quer enfrentar greves e manifestações em plena campanha. O problema vai ser encontrar espaço fiscal”, avaliou.

As estimativas do mercado para a inflação deste ano giram em torno de 10%. “Considerando que vai ter mais funcionário público no ano que vem, porque ainda existem alguns concursos programados, o custo de um reajuste em torno de 5%, que é mais provável, poderá ficar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 17 bilhões”, apostou Velho.

Na avaliação do economista Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda no governo José Sarney (MDB) e sócio da Tendências Consultoria, o descontrole fiscal será maior se o ministro da Economia, Paulo Guedes, concordar com o reajuste prometido por Bolsonaro. “Se ele baixar a cabeça mais uma vez, vai piorar o lado fiscal, e a credibilidade do governo vai cair mais ainda, porque

ficará claro que a PEC não é para ajudar os pobres. Se o bom senso existir, o governo vai desistir, mas vai descontentar os servidores”, destacou.

Congelamento

De acordo com o ministro Paulo Guedes, o congelamento dos salários dos servidores por dois anos foi a contrapartida para a aprovação do chamado Orçamento de Guerra, que permitiu o pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia da covid-19.

“Conseguimos algo que nenhuma reforma administrativa conseguiu. Nós economizamos R\$ 150 bilhões nos três níveis de governo por não ter reajuste. Nenhuma reforma administrativa dá um resultado fiscal deste tamanho”, disse, Guedes, ontem, durante encerramento de evento organizado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta.

O ministro ainda admitiu que, devido ao aumento dos gastos no próximo ano, principalmente, para o Auxílio Brasil, nos moldes em que a ala política vem pressionando a equipe econômica, o déficit das contas públicas deverá ficar acima de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) e, portanto, superar o deste ano, que, pelos números mais recentes, “será inferior a R\$ 100 bilhões”.

Conforme os cálculos de Felipe Salto, diretor-executivo da IFI, para cada ponto percentual de aumento na folha do funcionalismo, a despesa anual do governo aumenta de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. Ou seja, se houvesse uma correção dos salários pela inflação, o custo poderia chegar até a R\$ 40 bilhões. Resta saber como o governo vai conseguir fechar a conta com tantas promessas para agradar aos eleitores e aos parlamentares da base aliada. Apenas as emendas do relator-geral devem girar em torno de R\$ 17 bilhões, pelas contas de Castello Branco.



Não tem espaço para o reajuste, a não ser que o governo corte alguma despesa. Não se pode aumentar despesa obrigatória sem indicar receita recorrente, muito menos aumentar dívida para pagar salário”

Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas

Lira não vê espaço

» ISRAEL MEDEIROS

É inviável utilizar o espaço no orçamento que pode ser aberto na PEC dos Precatórios para pagar um reajuste salarial aos servidores. Foi o que disse ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Ele rebateu a promessa que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fez na última terça-feira, quando afirmou que planeja usar parte do espaço liberado pela PEC para aumentar o salário dos funcionários públicos em 2022, que é ano eleitoral. Lira argumentou que discussões envolvendo a PEC devem ser fiéis às previsões orçamentárias que já foram amplamente divulgadas.

“Eu, absolutamente, não vi esse espaço, não conheço esse espaço, os números que foram apresentados pela Economia para a Câmara dos Deputados não previam esse aumento. E eu penso que aquele portfólio de custos, que foi amplamente divulgado para a imprensa, deve ser honrado, para que a gente tenha a fidedignidade de que o que foi acertado nas discussões de Plenário seja mantido na votação da PEC”, afirmou, após reunião de líderes dos partidos na Câmara.

“Eu não me lembro, a não ser que eu esteja errado, de que tenha algum tipo de espaço para dar aumento a funcionários naquela proporção da abertura de espaço orçamentário”, prosseguiu.

Máquina pública

Entre políticos de oposição ao governo, a ideia de abrir espaço orçamentário em 2022 para além do Auxílio Brasil assusta, já que Bolsonaro tem a máquina pública na mão e terá mais dinheiro para gastar pensando em reeleição. Para especialistas, isso pode significar um elevado gasto público com ações de cunho populista.

A PEC dos Precatórios, por enquanto, não tem data certa para ser votada, e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), responsável pela relatoria da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), quer colocar o tema em deliberação na próxima semana e levar o tema ao Plenário na primeira semana de dezembro.

“Eu espero e torço para que o texto tenha sua aprovação mantida em 95%, 96%. Sempre há aquele dispositivo de que textos comuns possam ser promulgados, e alguma diferença a gente possa trazer. Acho que a Câmara já trabalhou muito este ano, já votou muitas matérias difíceis. Eu espero não ter, mais uma vez, esse trabalho no Plenário. Mas, se tiver, nós temos que estar prontos para terminar a votação dessa PEC. É importante”, pontuou Lira, que descartou, ainda, a possibilidade de votar a reforma administrativa ainda este ano.

Risco fiscal derruba a Bolsa

Refletindo o ambiente externo desfavorável e, sobretudo, o aumento da percepção de risco sobre a situação fiscal no país, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve, ontem, a quarta perda diária consecutiva. O Ibovespa, principal indicador dos negócios, caiu 0,51%, para 102.426 pontos, o menor nível de fechamento desde 6 de novembro de 2020. Na semana, o índice da B3 cai 3,68% e, no mês, 1,04%, enquanto, no ano, a retração chega a 13,94%. O mau humor dos investidores com os ativos domésticos foi sentido também no mercado de câmbio, onde o dólar subiu 0,83%, fechando a R\$ 5,57.

Segundo analistas, o impasse

na votação da PEC dos Precatórios e as incertezas com a possibilidade de novos gastos — como o reajuste salarial dos servidores públicos defendido pelo presidente Jair Bolsonaro — estão no centro das preocupações do mercado. A apresentação de versão alternativa da PEC por um grupo de senadores que, caso venha a prevalecer, resultará em nova apreciação na Câmara dos Deputados, alongando o processo de tramitação da matéria, causa desconforto entre os investidores. “A reação ruim não é por conta da proposta em si, que manteria o teto de gastos em pé, algo positivo, sem pedalada nos precatórios, mas, sim, em razão

do prolongamento do período de incerteza”, disse Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

O mercado teme, também, que a apresentação do novo texto atrase a aprovação definitiva da proposta e faça o governo lançar mão de créditos extraordinários para bancar o Auxílio Brasil. A insegurança contaminou também o mercado de juros. No fim da sessão, o contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 estava na máxima de 12,165% ao ano, ante 12,036% na terça-feira, e a do DI para janeiro de 2025 fechou em 12,09%, em comparação a 11,996% no dia anterior.

Nelson Almeida/AFP



Ibovespa caiu ao menor nível desde 6 de novembro de 2020